

Intervenção da ABIC na sessão de encerramento

João Ferreira, Presidente da ABIC

Senhoras e Senhores Convidados,
Caros participantes,
Caros Colegas,

Há cerca de 15 meses atrás, em Fevereiro de 2003, fruto da vontade de cerca de duas centenas de jovens investigadores, nascia a Associação dos Bolseiros de Investigação Científica.

A sua criação resultou em primeiro lugar da necessidade, considerada urgente, de dignificar a condição de bolseiro de investigação em Portugal. Resultou, também, da consciência clara de que só unindo-se e intervindo organizadamente na defesa dos seus legítimos direitos e interesses, os bolseiros poderão alcançar este objectivo primordial.

Mas se foi (se é) este o objectivo e razão primeiros da constituição desta Associação, outros há que desde a primeira hora lhe estão associados: A importância fulcral do sistema científico e tecnológico para o desenvolvimento económico, social e cultural do país, justifica - mais que isso, torna necessário - que aqueles que são parte integrante fundamental deste sistema exerçam a sua responsabilidade social - a sua responsabilidade cidadã - de defesa da ciência e, por essa via, de defesa do nosso desenvolvimento colectivo.

A questão do emprego científico assume para os bolseiros de investigação uma importância decisiva. Desde logo, porque evidentemente se trata de um dos factores que mais directamente concorre para a eficácia do sistema nacional de Ciência e Tecnologia (C&T).

Mas não andaríamos longe da verdade se disséssemos que se trata mesmo da questão que hoje mais preocupa (angustia até) os bolseiros de investigação científica, aqui considerados em toda a sua diversidade e enquanto corpo heterogéneo que hoje são, relativamente ao tipo de trabalho que desenvolvem e às motivações pessoais quanto a uma carreira futura.

Por um lado, a evolução positiva, embora consabidamente insuficiente, verificada ao longo dos últimos anos (excluindo os dois últimos) na formação avançada em investigação e desenvolvimento (I&D), não teve correspondência na evolução verificada na inserção profissional dos recursos humanos formados. Com efeito, as oportunidades de emprego e de realização profissional no domínio da C&T diminuíram em termos relativos, ao mesmo tempo que o fenómeno do desemprego, outrora eminentemente associado a estratos pouco qualificados da população activa, alastrou e atinge hoje um número crescente de indivíduos, com forte peso da juventude, cuja formação académica (quer de base quer pós-graduada) os coloca potencialmente enquadrados na condição de trabalhadores científicos qualificados.

Por outro lado, assistiu-se nos últimos anos ao aparecimento e generalização de fenómenos de sub-emprego e de pseudo-carreiras. A prestação de trabalho científico, que sustenta parte do reconhecido crescimento da produção científica nacional, foi sendo feita em condições progressivamente mais precárias. As carreiras científicas, as verdadeiras carreiras científicas, existem cada vez mais só no papel. Os bolseiros de investigação, atendendo à sua evolução em termos numéricos e aos inúmeros problemas que enfrentam, são talvez a face mais visível desta tendência.

Mas entendemos, e tê-mo-lo afirmado repetidamente, que a questão do emprego científico, muito mais do que um problema individual, um problema dos licenciados, mestres e doutores que procuram uma inserção profissional que vai escasseando, é pela sua dimensão e

significado um grave problema nacional. O desperdício de recursos humanos e de “saber fazer” que decorre da falta de emprego científico, terá consequências particularmente penosas num país, como Portugal, reconhecidamente carente de quadros e de uma estratégia de desenvolvimento harmonioso e sustentável, assente no investimento na ciência e na tecnologia como factor decisivo de progresso económico, social e cultural.

Por tudo isto, impunha-se o debate aqui hoje tido. O alcance e as implicações do tema justificaram o convite aos vários sectores da sociedade aqui representados: a comunidade científica e académica, universidades e laboratórios do Estado, empresas, a indústria, responsáveis políticos, sindicatos, comunicação social. A isto chamámos - e entendam-no como tal - um “convocar de vontades para alterar a actual situação”.

Julgamos que ao longo do dia importantes contributos aqui foram sendo deixados para que se atinja tal desígnio. Contributos que não poderão deixar de ser tidos em conta na elaboração de políticas e posteriormente na prática política que permitam percorrer com segurança o caminho que vai da identificação de necessidades e do delinear de orientações à consecução dos objectivos traçados. Se muitas vezes os objectivos traçados são, à partida, consensuais, já as soluções a por em prática para os atingir requerem a construção de um consenso e sobretudo a mobilização de uma vontade política que vá para muito para além dos governos do momento, o que poderá ser difícil, mas que será seguramente necessário à consecução de objectivos que serão sempre - é bom não o esquecer - de médio-longo prazo.

O debate que hoje aqui tivemos surge num momento e em circunstâncias que o tornam particularmente oportuno.

Ao nível da União Europeia (UE), a avaliação do cumprimento da chamada Estratégia de Lisboa e das orientações traçadas posteriormente na Cimeira de Barcelona em 2002, torna evidente que só o acelerar significativo da implementação das medidas então apontadas - de que se destaca o aumento para 3% da percentagem do PIB afecto a actividades de I&D e o crescimento do pessoal total afecto a actividades de I&D, em particular do número de investigadores, até 2010 - só o acelerar significativo da implementação destas medidas, dizíamos, poderá levar a que se atinjam os objectivos então proclamados: fazer da UE a mais competitiva e dinâmica economia baseada no conhecimento do mundo, com mais e melhor emprego e maior coesão social.

Os documentos de trabalho que têm sido produzidos pela UE sobre esta matéria, contêm alguns diagnósticos e orientações genéricas que importa adaptar à realidade de cada um dos Estados-membros, tendo em conta as grandes diferenças que existem entre eles, e levar a cabo pelos respectivos governos.

Uma dessas orientações, com expressão em alguns documentos de que é exemplo o projecto de Carta dos Investigadores Europeus, não pode deixar de ser por nós aqui destacada: A necessidade de tornar as carreiras científicas mais atractivas, travando e inflectindo a tendência de desvalorização de estatuto profissional dos investigadores e demais trabalhadores científicos, como algo de imprescindível para o incremento do emprego científico.

Com efeito, a degradação do estatuto profissional e das condições de trabalho destes profissionais e a crescente instabilidade, insegurança e precariedade para que foram sendo remetidos nos últimos anos, naturalmente que em conjugação com outros factores complexos, levou a uma franca diminuição do número de jovens que procuram a C&T como percurso de estudos e como perspectiva de carreira. E é este diagnóstico que vem agora ser feito.

Impõe-se a pergunta: Sendo já conhecidas as limitações e as consequências de políticas que desvalorizam a força de trabalho qualificada e não promovem o emprego de qualidade, com direitos, até quando vamos nós em Portugal persistir nesse caminho?

No nosso país, foi recentemente anunciado - mas apenas parcialmente apresentado - um Plano de Acção até 2010 - que visa justamente traçar o caminho para que se atinjam em Portugal as metas de Lisboa e Barcelona. A este respeito, importa aqui salientar a urgência de desenvolvimento dos eixos prioritários agora anunciados - entre os quais surge o do emprego científico - concretizando que medidas nos propomos implementar a este nível e

estabelecendo metas a cumprir. O que deste plano foi já tornado público - e que de resto tem sido amplamente debatido – e o que foi já hoje aqui anunciado - é infelizmente muito insuficiente para que se atinjam os objectivos, meritórios, anunciados.

Ainda neste âmbito, há uma ideia que gostaríamos de aqui deixar. Como foi referido, a avaliação feita pela comissão europeia ao cumprimento da Estratégia de Lisboa indica que a UE está neste momento longe de cumprir os desígnios então proclamados. Ora, será conveniente termos a consciência de que o falhanço em concretizar até 2010 esta Estratégia, sendo globalmente negativo para a UE, não trará consequências idênticas para cada um dos países que a constituem. Como importante será ter também a consciência de que o imenso atraso que infelizmente mantemos relativamente à média da UE torna eventualmente mais importante para nós do que para outros o investimento na inovação, na formação e na promoção do emprego científico. Será eventualmente mais decisivo para nós do que para outros, não perder esta aposta.

Tal terá forçosamente que implicar uma atitude muito mais activa e decidida, ambiciosa, da nossa parte. Não chega pensar-se, como por vezes alguns responsáveis políticos parecem sugerir, que o que temos a fazer é “cumprir a parte que nos cabe no objectivo global da UE”. Tal atitude servirá apenas, na melhor das hipóteses, para não acentuar ainda mais o nosso atraso estrutural. Não servirá nunca para a sua superação.

Ignorar este facto, será ignorar também que o fluxo migratório de mão-de-obra altamente qualificada, hoje vulgarmente chamado de “fuga de cérebros”, não se processa apenas, em termos líquidos globais, deste para o outro lado do Atlântico, mas que se processa também dentro da própria UE, dos países menos desenvolvidos para os mais desenvolvidos. Será admitir que a tão falada mobilidade de investigadores no espaço europeu, seja uma mobilidade unidireccional ou um outro nome para a fuga de cérebros que hoje se verifica dentro das fronteiras da UE.

Para se agir sobre a realidade, com o intuito de a transformar, é necessário antes de mais conhecê-la. Relativamente à situação do emprego científico em Portugal, tal não parece contudo ser parte do problema. No essencial, a realidade é conhecida e documentada por estudos e pareceres mais ou menos aprofundados, quer globais quer sectoriais. Sem pretender fazer uma caracterização exaustiva - de resto já aqui hoje foram apresentados elementos detalhados para essa caracterização - deixamos aqui apenas alguns breves tópicos relativos à actual situação:

- É bem conhecida a nossa posição relativamente a alguns dos indicadores mais comumente utilizados nas comparações internacionais: Portugal é dos países da UE (mesmo após o recente alargamento) com mais baixo número de pessoal total afecto a actividades de I&D por per milagem da população activa, o mesmo se passando com o número de investigadores;

- Nas Universidades - centros de criação e difusão do saber - as avaliações por peritos internacionais aos centros de investigação têm repetidamente apontado para o facto de os docentes universitários nacionais disporem de pouco tempo para actividades de investigação. Ao mesmo tempo, a carreira de investigação é aqui praticamente vestigial. Não obstante, pesadas restrições têm sido impostas à renovação e alargamento dos quadros de pessoal docente e investigador destas instituições. O financiamento continua a depender de rácios que constituem um autêntico espantoso e que ignoram a vertente de I&D nestas instituições. O pessoal técnico de apoio a actividades de I&D é escasso e tem sido progressivamente substituído por bolsiros afectos a projectos de investigação. Tais restrições determinam o progressivo envelhecimento do pessoal e comprometem o cumprimento cabal da função da Universidade. As mesmas considerações poderiam ser tecidas relativamente ao Ensino Superior Politécnico;

- O congelamento da admissão de pessoal pelos Laboratórios do Estado (LdE) coloca estas instituições, desde há largos anos, perante graves dificuldades em cumprir variadas missões

de indiscutível interesse público. Os quadros de pessoal dos LdE para além de envelhecidos estão cada vez mais depauperados. Sucessivos relatórios de comissões externas de avaliação diagnosticaram bloqueios e dificuldades e apontaram para a necessidade de reforço da autonomia destas instituições e de alargamento e rejuvenescimento dos seus efectivos de pessoal. A não adopção das recomendações feitas, ou mesmo o seu afrontamento, tem levado a que a situação, longe de melhorar, piore de dia para dia. Também nestas instituições, os bolseiros de investigação tendem a substituir o pessoal investigador bem como o pessoal técnico de apoio à investigação;

- Os Laboratórios Associados deparam-se com dificuldades que impedem a contratação prevista de novos doutorados, contratação essa que ainda assim se limitava a períodos de cinco anos, sem perspectivas de desenvolvimento de carreira;

- O congelamento cego e sem critério razoável das admissões de pessoal na administração pública - incluindo de pessoal qualificado de que esta carece, nomeadamente mestres e doutores, - e a baixa qualificação dos seus actuais efectivos, condicionam a sua necessária reforma e modernização e a sua capacidade de resposta a velhos e novos desafios;

- O tecido empresarial português tem um nível muito reduzido de integração do conhecimento científico na sua actividade, de que resulta parte importante da fragilidade da nossa economia e da tão falada minguagem de produtividade. A cultura infelizmente ainda dominante no meio empresarial português determina um reduzido esforço de investimento de médio-longo prazo, de que o investimento em ciência, tecnologia e inovação é um exemplo. O programa de inserção de mestres e doutores nas empresas, implementado em 1997, teve até à data resultados muito limitados que importará analisar.

- A indústria e o sector produtivo em geral, não obstante alguns bons exemplos de integração da ciência, tecnologia e inovação na sua actividade - não estranhamente quase sempre associados a casos de sucesso - permanece a este nível muito aquém das suas possibilidades e reais necessidades, sendo ainda relativamente reduzido o número de mestres e doutores a exercer a sua actividade neste ramo. O encerramento e deslocalização de importantes indústrias, algumas delas com uma forte componente técnica e científica, elimina postos de trabalho e lança no desemprego também trabalhadores científicos qualificados.

Ora, perante este quadro, repetimos e sublinhamos, no essencial bem conhecido, a questão que se nos coloca é então a de transformar esta realidade. Convém aqui referir que muitos dos diagnósticos efectuados e atrás mencionados foram sendo acompanhado de recomendações várias, devidamente fundamentadas, feitas por especialistas diversos, nacionais e estrangeiros (veja-se o exemplo da comissão externa de avaliação da situação dos Laboratórios do Estado). Muitas dessas recomendações passam inclusivamente por medidas de simples bom senso, cuja necessidade se impõe à evidência. Poder-se-á perguntar: porque não foram então adoptadas essas recomendações? Porque se teimou em não implementar medidas que permitissem superar situações de bloqueio? Uma coisa parece ter faltado ao longo dos anos: a vontade política para o fazer.

Para que possam ser levadas a sério as metas que agora se anunciam relativas ao significativo incremento do emprego científico até 2010, é urgente a imediata adopção de medidas que o promovam, tanto no sector público como no privado. Este último, tendo em conta a situação de grande atraso de que parte terá que sofrer da parte do primeiro um forte efeito indutor. Não podemos simplesmente esperar que o sector privado faça tudo, sobretudo quando parte quase do zero, remetendo-se o Estado ao papel de mero espectador, ou pior, dando o exemplo contrário ao que pede que outros façam.

Novamente sem pretendermos ser exaustivos, nem ignorando outros possíveis contributos, algumas medidas necessárias – algumas delas já aqui hoje mencionadas – passariam então por:

- O rejuvenescimento e alargamento dos efectivos de pessoal das Universidades e LdE - docentes, técnicos e investigadores - com o descongelamento de novas admissões e o preenchimento das vagas existentes;
- O reforço do papel destas instituições no apoio ao delinear de políticas públicas, nomeadamente ao nível sectorial, e a criação de “interfaces” com o sector produtivo, a indústria e o tecido empresarial, promovendo a transferência do conhecimento produzido nestas instituições, demonstrando a utilidade da sua integração na actividade das empresas, despertando as necessidades hoje não sentidas pela generalidade dos empresários;
- A continuação do apoio à inserção profissional de pós-graduados nas empresas, nomeadamente financiando os custos de pessoal numa fase inicial e a concessão de outros incentivos financeiros, incluindo incentivos fiscais, às empresas que empreguem mestres e doutores;
- O apoio e incentivo à criação de empresas, nomeadamente de base tecnológica (mas não exclusivamente), por licenciados, mestres e doutores;
- Promoção de emprego científico em associação a áreas de grandes investimentos públicos, em grandes empresas públicas ou com participação estatal;
- Abertura da administração pública à inovação, com integração de pessoal qualificado (mas não apenas bolseiros), incluindo mestres e doutores, nos vários organismos e entidades da administração central e local;

Uma nota final para dizer que a I&D é apenas uma de entre várias actividades com conteúdo científico e técnico incluídas na esfera da C&T. Assim, quando falamos de emprego científico não nos poderemos cingir à I&D, antes devemos considerar igualmente um vasto conjunto de outras actividades científicas e técnicas, que não envolvendo a criação de conhecimento novo mas sim a sua aplicação, não deixam de ter uma importância fundamental para o bom funcionamento da sociedade, e de constituir um instrumento imprescindível ao nosso progresso e desenvolvimento. Alguns exemplos, entre vários outros, dessas actividades serão: actividades de normalização e controlo de qualidade, ensaios de rotina de materiais, controlo de qualidade do ar, da água e dos solos, estudos de viabilidade de projectos de engenharia, estudos de impacto ambiental, observações meteorológicas, hidrológicas e oceanográficas de rotina, prospecção de recursos naturais, serviços em museus, parques e reservas naturais, etc..

A situação nacional é hoje simultaneamente difícil e problemática, mas igualmente entusiasmante pelos desafios que encerra. Dependendo do caminho que seguirmos poderemos recuperar o nosso atraso ou acentuá-lo ainda mais. O caminho seguido até aqui tem levado à manutenção senão mesmo ao acentuar do atraso. Por isso se impõe uma inflexão urgente!

É imperiosa a definição de uma estratégia de desenvolvimento nacional que se apoie e articule, entre outras, com uma verdadeira política científica. Esta, por sua vez, não será possível senão sustentada por políticas de emprego científico consequentes e pela dignificação do trabalho científico.

A falta de investimento a que hoje assistimos não se traduz em poupança para o país, pelo contrário, significa na maioria dos casos um desperdício dos recursos hoje afectos à ciência, que acabam por se perder. De que vale investirmos na formação avançada de recursos humanos se depois as pessoas se vêm empurradas para áreas nas quais de pouco lhes serve a experiência e conhecimentos adquiridos?

Pela nossa parte, tudo continuaremos a fazer para elevar à compreensão desta evidência a consciência tanto dos responsáveis políticos como da sociedade em geral: a ciência não é um luxo dos países ricos, é uma necessidade dos pobres!
Podem contar connosco para a construção de um futuro que não podemos mais adiar.

Obrigado.